

ENTRE O COSMOPOLITISMO E A ORDEM ESTADOCÊNTRICA: EM BUSCA DO LUGAR NOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

Nícolas Vieira da Costa ¹
Eduardo Marandola Jr. ²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o lugar do ser migrante dentro da estrutura do mundo contemporâneo, tendo como base para a análise uma discussão da cosmopolização, efeito direto da globalização e que gera uma fluidez na sociedade, em contrapartida, foi verificado o papel da ordem estadocêntrica global que delimita fronteiras, cria um ideal de nacionalismo e homogeneiza os indivíduos em um coletivo dentro dos Estados-nação. A investigação foi realizada a partir do método fenomenológico existencial, buscando compreender as noções de espaço, lugar e geograficidade para os movimentos migratórios internacionais. Os resultados obtidos se basearam em captar o papel dos migrantes dentro do contexto do mundo contemporâneo, bem como, perceber como os Estados-nação utilizam-se da repulsa para não aceitar migrantes em seus territórios.

Palavras-chave: Imigração contemporânea; mundo fluidificado; existencialismo.

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse the place of the migrant within the structure of the contemporary world, based on a discussion of cosmopolitanization, a direct effect of globalization that generates fluidity in society. On the other hand, the role of the global state-centric order that delimits borders, creates an ideal of nationalism and homogenizes individuals into a collective within nation-states was verified. The investigation was carried out using the existential phenomenological method, seeking to understand the notions of space, place and geography in relation to international migratory movements. The results obtained were based on capturing the role of migrants within the context of the contemporary world, as well as understanding how nation states use repulsion to not accept immigrants into their territories.

Keywords: Contemporary immigration, fluidized world, existentialism.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação de Geografia da Universidade Estadual de Campinas, nicolasvcosta@gmail.com;

² Professor da Faculdade de Ciências Aplicadas e do Programa de Pós-graduação de Geografia da Universidade Estadual de Campinas, eduardo.marandola@fca.unicamp.br.

INTRODUÇÃO

O que faz de uma pessoa um Ser migrante? O que é Ser migrante enquanto essência? Esse fluxo humano contínuo se dá apenas pelo fato do deslocamento de pessoas ou o lugar do migrante perpassa essa ação? Diversas pesquisas relacionam o ato de migrar com esse movimento constante e longo, uma vez que, os humanos antes de seu sedentarismo eram animais nômades por excelência, boa parte disso se deu pela busca de alimentos e de segurança, tendo esta segunda característica um vínculo direto com a questão do habitar.

Assim, sabemos que o ato de se deslocar é intrínseco aos humanos e suas sociedades, desde eras primevas à contemporaneidade, estes movimentos levam em seu cerne os mais diversos motivos e são consequências (in)diretas deles, sejam fatores econômicos, como a busca pela melhoria de vida e crescimento de um *status* social; resultados de crises políticas e ambientais, como temos visto em países que enfrentam períodos de conflitos bélicos e que sofreram com alguma catástrofe climática; ou pelo livre arbítrio do poder se mover sobre o espaço.

Desta forma, se torna necessário investigar para além dos deslocamentos enquanto ações físicas, mas também como temas que cernem o existencialismo do migrante, um ser que se encontra no pleno deslocar. Marandola Jr. e Dal Gallo (2010, p. 409) relatam que “[...] migrar é sair do seu lugar, envolvendo processos de redefinições das territorialidades que não são necessariamente sucessivos nem ordenados”, portanto, o migrante está em desenraizamento com o lugar, o território e o espaço.

Ao relacionarmos a imigração com a contemporaneidade temos uma problemática que atinge a estrutura deste movimento: a ordem estadocêntrica global, sendo ela um tipo de norma que carrega consigo impeditivos e características de uma homogeneidade nacional (DI CESARE, 2020, p. 27), motivos que corroboram para uma política anti-migratória e o estabelecimento de fronteiras entre nações, onde muitas das quais destas são imaginárias.

Curiosamente, toda esta fixidez se contrapõe com a fluidez que a Modernidade adquiriu por meio do aumento das tecnologias e a velocidade de transmissões de informações, uma instantaneidade que Bauman (1999, p. 19) relaciona com a globalização e com a compreensão de que “As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no ‘mundo real’”.

Isto posto, nos debruçamos nestas discussões em uma articulação com dois autores: Ulrich Beck (2018) com sua obra “A Metamorfose do Mundo” que busca analisar a fluidez do

mundo contemporâneo por meio da cosmopolização; e de Donatella Di Cesare (2020) com “Estrangeiros Residentes”, obra que elucida os movimentos migratórios de forma histórica e seus impedimentos pelo Estado-nação.

É necessário compreender que estas contradições globais possuem diferentes aspectos no que cerne os movimentos migratórios para os países europeus e os Estados Unidos em comparação com os demais países do globo, especialmente os do Sul Global, como ocorre no Brasil, assim, ao nos debruçarmos no trabalho de Di Cesare (2020) temos em mente que suas análises sobre os movimentos migratórios partem de como estes se dão principalmente no continente europeu.

Portanto, a questão que este trabalho busca responder se baseia na reflexão do Ser migrante e o seu lugar nesta dupla dinâmica espacial mundial, para isso, teremos como embasamento uma análise fenomenológica como estrutura do trabalho. Primeiramente, será realizada uma discussão acerca das contradições do mundo fluidificado, logo após, buscaremos compreender o Ser migrante dentro do espaço e do lugar, para que, ao fim deste trabalho tentemos conceber onde os migrantes se encaixam neste processo contraditório de um mundo que é ordenado de forma estadocêntrica e cosmopolizado.

CONTRADIÇÕES DE UM MUNDO FLUIDIFICADO

Vivemos em um mundo globalizado, as inovações tecnológicas prometem uma redução das distâncias, o acesso à informação atingiu uma velocidade nunca antes observada na sociedade, este mundo globalizado é consequência do que Bauman (2001) denomina de modernidade líquida, uma sociedade que possui as estruturas das relações sociais, políticas e econômicas acontecendo de forma fluída.

Essa fluidez tão latente na contemporaneidade cria um dinamismo que Beck (2018) anuncia se tratar de uma metamorfose do mundo, que se relaciona com a cosmopolização da sociedade, onde através da integração das nações por meio das tecnologias não haveriam fronteiras a serem atravessadas, desta forma, a metamorfose do mundo

significa mudança extraordinária de visões de mundo, a reconfiguração de visão de mundo nacional. Não se trata, contudo, de uma mudança de visões de mundo causada por guerra, violência ou agressão imperial, mas pelos efeitos colaterais da modernização bem-sucedida, como a digitalização ou a previsão de catástrofe climática para a sociedade. (BECK, 2018, p. 18).

Há uma intensificação das redes, fruto de uma (re)modelagem das formas de interação entre as cidades, o que causa uma conexão entre as maiores centralidades do planeta (SATHLER; MONTE-MÓR, 2013, p. 4), a cosmopolização do mundo faz com que as pessoas sejam obrigadas a se conectar, claro que existe o livre arbítrio da não escolha, contudo, Beck (2018, p. 23) expõe a opção de não participar dessa conexão faz com que as ações pessoais não tenham êxito.

Di Cesare (2020, p. 35-36) ao se debruçar nas questões a respeito da globalização e de suas consequências nos mostra que

A globalização vem para mudar a paisagem e minar profundamente a dicotomia soberania/anarquia. Apenas porque expande fortemente a perspectiva do mundo para o ilimitado, colocando em evidência todos os limites de uma política ancorada nas fronteiras tradicionais. A velocidade com que os *bytes* viajam pelas redes de informação, abolindo distâncias antes insuperáveis, torna-se símbolo dos fluxos que ultrapassam as fronteiras, burlam os controles, extinguem relações de espaço, comprometem toda a estrutura, e que parecem, por isso, cair equivocadamente em uma “nova desordem global”. Promotor da globalização, o Estado-nação é irreparavelmente prejudicado por ela, pois perde o controle sobre o território e sobre o corpo político dos cidadãos dos quais havia retirado sua força, com os quais havia governado durante séculos. Soberano não é quem comanda *no* território, mas sim quem pode cruzá-lo mais rapidamente. A velocidade é o novo poder.

É preciso lembrar que primeiramente a sociedade cosmopolizada é parte da estrutura capitalista do mundo globalizado, para além do ideal de um mundo sem as amarras, onde a liberdade reina de forma absoluta, a cosmopolização é, antes de tudo, produzida para o consumo e

A maneira como a sociedade atual molda seus membros é ditada primeiro e acima de tudo pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para seus membros é a da capacidade e a vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999, p. 88).

Uma contradição nasce em meio à cosmopolização do mundo contemporâneo, sabemos que o fato da conexão dada através dos meios virtuais e da velocidade que a tecnologia concede para a transmissão de informações e pessoas não é real em todos os casos, uma vez que, fronteiras bem marcadas deixam seus rastros pela terra, seja por meio de cercas que percorrem os limites de um país ou de políticas anti-migração que vêm surgindo nos últimos anos.

Paradoxalmente em um mundo globalizado e dominado pelo ideal de que tudo está conectado e que vende que a liberdade de se mover é infinita, observamos uma ordem estadocêntrica global que é deveras singular, compreende-se que há uma necessidade de se estabelecer um ideal de territorialização do poder para que se tenha um controle nas políticas



internas de cada Estado-nação, contudo, este modo de ordenamento mundial traz consigo problemáticas que causam divergências.

Di Cesare (2020, p. 27), em suas discussões no âmbito da Europa demonstra que esta ordem estadocêntrica cria um ideal de soberania entre os Estados-nação, visto que é a partir dela que estes se fundamentam e “sobre três princípios: a ideia de que o povo se autodetermine, seja autor e destinatário das leis; o critério de uma homogeneidade nacional; a premissa de pertencimento territorial”, assim, a “ordem estadocêntrica é tomada como norma. Tudo o que acontece é pensado e julgado nos limites de uma perspectiva estatal.” (DI CESARE, 2020, p. 28), esta normativa parte de uma identidade nacional.

Haesbaert (1999) em seu trabalho sobre as questões das identidades expõe que é o valor simbólico dentro de um Estado-nação que embasa esse pertencimento territorial, para ele “a identidade social é também uma identidade territorial quando o referente simbólico central para a construção desta identidade parte do ou ultrapassa o território” (1999, p. 178).

Fundamentando-se na questão da ordem estadocêntrica global como determinante de um território e daqueles que o compõem, observamos que os três princípios citados anteriormente são base para um chauvinismo social que se fez presente de forma visível com os governos de extrema-direita eleitos nos grandes Estados-nação nos últimos anos, como ocorreu nos Estados Unidos com o governo de Donald Trump e no Brasil com Jair Bolsonaro.

Este movimento nacionalista vai em oposição à perspectiva cosmopolita, pois

é particularmente pernicioso não apenas por causa da franca justificação que dá às guerras e desigualdades globais. Ele é perigoso em razão de seu status cognitivo: o nacionalismo define e ossifica nossas estruturas científicas, políticas e sociais, e nossas categorias mais básicas de pensamento e conhecimento. O nacionalismo como ideologia limita assim não só o que podemos imaginar e desejar, contudo, o que é mais importante, limita o que conhecemos da realidade e o modo como a concebemos. As categorias mais básicas são de fato cativas da ordem nacional: cidadão, família, classe, democracia, política, Estado etc. – todos nacionalmente definidos. Nossos sistemas legais e administrativos os definem, e essas definições são amplificadas pelas ciências sociais pelo nacionalismo metodológico. (BECK, 2018, p. 77).

A contraposição entre ambas ordens mundiais cria um mundo “fluidificado”, em virtude desse antagonismo entre políticas que permitem uma mobilidade (i)limitada, que geram um ideário de liberdade, todavia, essa liberdade serve para todos de forma igualitária? Beck (2018, p. 24) relata no que cerne às pessoas mais empobrecidas, caso estas não ajam de forma transnacional, ou seja, de forma cosmopolita e em pleno movimento, “elas correm o risco de ficarem mais pobres”.

Este mundo fluidificado alimenta injustiças sociais e econômicas, é opressor com aqueles que não desejam se integrar, mas também oprime àqueles que necessitam se mover pela cosmopolização, sendo este o argumento base para impedir muitos dos movimentos migratórios contemporâneos para os grandes Estados-nação, portanto, precisamos compreender como concebemos o espaço e o lugar dentro destes movimentos migratórios.

O SER MIGRANTE EM MOVIMENTO NO ESPAÇO E LUGAR

O ato de migrar faz parte da estrutura das sociedades, o ser humano é um ser em pleno deslocar no espaço, tendo essa perspectiva a respeito dos movimentos migratórios uma questão surge: quando isso deixou de ser desejado e virou motivo de repulsa pelos Estados-nação? Para captarmos isso, é necessário que uma análise preliminar sobre as questões do espaço e lugar sejam feitas.

Dardel (2011) em sua obra “O Homem e a Terra”, relata que o espaço geográfico é dotado de características que lhe imprime qualificações, estas podem limitar ou não a mobilidade e vivência dos seres humanos, ao analisar que os espaços geográficos são compostos por uma miríade de diferentes espaços, Dardel busca conectar o ser humano à terra e tê-la como base, mas “Não somente ponto de apoio e suporte material, mas condição de toda ‘posição’ da existência, de toda ação de assentar e de se estabelecer.” (DARDEL, 2011, p. 40), nasce então o termo geograficidade (*geographicité*), sendo ele a relação homem e terra baseada nos aspectos existencial.

Há uma diferença básica entre as características do espaço para Dardel (2011), o autor nos relata que esta condição de existência do homem e da terra é repleta pelas complexidades da vivência, algo que não ocorre com o espaço geométrico, para ele

a geometria opera sobre um espaço abstrato, vazio de todo conteúdo, disponível para todas as combinações. O espaço geográfico tem um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste. (DARDEL, 2011, p. 2).

Holzer (2013, p. 20) nos conta que o espaço geográfico na obra de Dardel é gerado por uma relação existencial, “Então, o espaço só existiria para o ser-no-mundo a partir de sua concretude existencialista, ou seja, ele aparece para nós ‘em relação’, já desprovido de seus atributos puramente geométricos e abstratos que o desumanizam.”, é através da geograficidade que os lugares tomam forma.

Ao analisarmos as questões que abrangem o lugar enquanto fenômeno, teremos diversos autores que expõem seus argumentos sobre como o lugar se dá, para Tuan (2013, p. 11), em sua obra “Espaço e Lugar”, “Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação”, parte-se da experiência do ser humano com o espaço, ou seja, tomamos como lugar aquilo que nos tem valor subjetivo.

Marandola Jr. (2020, p. 11-12) reforça essa característica da concepção de lugar para Tuan, “sua obra está voltada para um sentido universal de lugar, como experiência de mundo, e até certo ponto bastante orientada a um eu-sujeito que pensa e sente o mundo.”. Desta forma, “o lugar pode adquirir profundo significado para o adulto mediante o contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos.” (TUAN, 2013, p. 47).

Heidegger (2012, p. 133) ao refletir sobre sentido do espaço e lugar, cria uma referência à ponte, em suas palavras “A ponte não se situa num lugar. É da própria ponte que surge um lugar”, é por meio dela que lugares se conectam e o espaço adquire sentido, pois

Espaço é, essencialmente, o fruto de uma arrumação, de um espaçamento, o que foi deixado em seu limite. O espaçado é o que, a cada vez, se propicia e, com isso, se articula, ou seja, o que se reúne de forma integradora através de um lugar, ou seja, através de uma coisa do tipo da ponte. *Por isso os espaços recebem sua essência dos lugares e não “do” espaço.* (HEIDEGGER, 2012, p. 134).

Já Relph (2008, p. 42) considera que

A place is a centre of action and intention, it is ‘a focus where we experience the meaningful events of our existence. [...] Places are the contexts or backgrounds for intentionally defined objects or groups of objects and events, or they can be objects of intention in their own right. [...] In short, those aspects of the lived-world that we distinguish as places are differentiated because they involve a concentration of our intentions, our attitudes, purposes and experience.’³

O que Relph nos apresenta no trecho acima é de suma importância para o entendimento de como os lugares se dão, como as pessoas agem dentro desse cotidiano vivido socialmente. Le Bossé (2004, p. 172) diz que “cada lugar repousa sobre sua própria história e constitui o foco único, emissor e receptor de sua singularidade em um espaço de relações com outros lugares, próximos ou distantes, reais ou imaginários, assimilados ou rejeitados”, esta valoração dos lugares, de acordo com o autor, é dada pela territorialidade, sendo ela

³ Tradução livre de: “Um lugar é um centro de ação e intenção, é “um foco onde vivenciamos os eventos significativos de nossa existência”. [...] Os lugares são os contextos ou planos de fundo para objetos ou grupos de objetos e eventos definidos intencionalmente, ou podem ser objetos de intenção em seu próprio direito. [...] Em suma, os aspectos do mundo-vivido que distinguimos como lugares são diferenciados porque envolvem uma concentração de nossas intenções, atitudes, propósitos e experiências”.

ao mesmo tempo, o produto e a expressão de um ponto de vista interno e inclusivo. Mas a noção de territorialidade parece demandar a ultrapassagem desse único ponto de vista: como referência identitária, o território define tanto aquilo que lhe pertence como aquilo que ele exclui” (LE BOSSÉ, 2004, p. 173).

É neste caminho que Haesbaert (1999) conduz sua discussão ao nos contar onde a identidade territorial está alicerçada no Estado-nação, em que ela é “mutuamente excludente e o mundo se organiza num grande mosaico onde tudo acaba tendo que se encaixar e onde, pelo menos teoricamente, não haveria superposições” (1999, p. 182-183), é por meio deste contexto que o lugar toma forma.

Ao analisarmos as questões sobre o lugar e como ele se dá no contexto migratório, percebemos que este é de extrema importância para o entendimento do Ser migrante na contemporaneidade, haja vista que o espaço é vivido e o lugar é compreendido através das relações que estas pessoas possuem com o espaço, uma experiência que Tuan (2013, p. 19) afirma ser “constituída de sentimento e pensamento” onde se relaciona com a imaginação, estrutura fundamental para o processo de compreensão do espaço e do lugar, na qual é pela imaginação que se “conhece lugares seguros – como espaços, espaços miniatura, espaços de imensidade íntima que são transmitidos dentro de formas físicas [...] A imaginação pode até transcender o espaço físico.” (RELPH, 1979, p. 9).

Di Cesare (2020, p. 27) expõe que o modelo do movimento de migração atual advém da Modernidade, grandes fluxos gerados pela globalização e que Bauman (1999, p. 8) relaciona com a questão da mobilidade, trazendo seu oposto, na qual “a imobilidade não é uma opção realista num mundo em permanente mudança”.

Marandola Jr. e Dal Gallo (2010, p. 406-407) relacionam que assim como a mobilidade, “a migração é um fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade”, este é um movimento existencial, visto que

[...] migrar é esse contínuo debruçar-se para fora, que corresponde ao próprio compasso da existência, à sua inerente excentricidade. Seria possível dizer que o movimento se desenrola em círculos, de dentro para fora, não fosse o fato de que dentro e fora já são termos de uma dicotomia metafísica. O movimento é, antes, aquele revoltear das águas de um rio, em seu vertiginoso redemoinho. (DI CESARE, 2020, p. 231).

O Ser migrante está em duplo sistema de significados que se contradizem, é daqui, mas não faz parte daqui, é de lá, mas não está lá verdadeiramente, uma transitoriedade migratória (GOETTERT, 2009) que se faz permanente que dentro do espectro existencialista do migrante, um “estar-entre”, “O migrante está entre, na medida em que tem sobre si, ao mesmo tempo, o

‘aqui’ e o ‘lá’, o corpo não se encapsula num ‘aqui’, porque ele também está ‘lá’” (DAL GALLO, 2010, p. 25).

Portanto, uma problemática se revela na questão sobre o migrante e seu dilema de migrar: estas pessoas estão em movimento no mundo, no espaço e nos lugares, contudo, há um impedimento básico que contrapõe sua mobilidade, a ordem estadocêntrica global e as políticas anti-migratórias.

O LUGAR DO MIGRANTE E SEU CONTÍNUO DESLOCAR

Vivemos uma crise, ela tem rosto, nomes e vive em um contínuo deslocar, ela atravessa mares e oceanos, montanhas e vales, fronteiras físicas e imaginadas, a crise dos corpos que se perdem no Mar Mediterrâneo, nas prisões enclausuradas, vidas que são ceifadas pela bala e pelo poder. A crise migratória mundial atingiu novos recordes (ACNUR, 2022), seja pelo deslocamento forçado derivado de guerras ou por questões econômicas, “ao final de 2021, o número de pessoas deslocadas [...] chegou a 89,3 milhões (um crescimento de 8% em relação ao ano anterior e bem mais que o dobro verificado há 10 anos)” (ACNUR, 2022), enquanto “108,4 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar suas casas. Entre elas estão 35,3 milhões de refugiados” (ACNUR, 2023).

Bauman (2017) nos informa que essa migração em massa é acompanhada desde o início da era moderna, de acordo com o autor, o que vem ocorrendo nos últimos anos é uma crescente de refugiados, como aqueles que observamos no início da década de 2010 com a crise da Guerra na Síria.

Em contrapartida ao deslocamento temos Estados-nações que criam impedimentos para o deslocar do migrante, a ordem estadocêntrica relaciona o migrante como um “estrangeiro perigoso, um inimigo oculto e clandestino, um selvagem invasor, um potencial terrorista” (DI CESARE, 2020, p. 30-31), esta visão deturpada do migrante contradiz os aspectos que circundam a globalização e os efeitos de fluidez que surgem com ela, a cosmopolização que Beck (2018) explicitou encontra em seu caminho muros físicos, sociais, políticos e econômicos.

Entra neste imbróglio o caso do *jus migrandi*: se migrar é um ato político, o migrante tem o direito de migrar, Di Cesare (2020, p. 128) exhibe que o *jus migrandi* ainda

é reconhecido apenas parcialmente, como direito de emigrar, de sair de um território de um Estado, mas não como direito de imigrar, de entrar nos domínios de um outro. Se o primeiro já é universal, embora até algumas décadas fosse negado, o segundo ainda depende da soberania dos Estados, que, ao que parece, estão muito relutantes

em concedê-los. Nesse sentido, o *jus migrandi* representa um dos grandes desafios do século XXI.

A busca do direito de migrar e de se estabelecer em um espaço faz com que aquele que migra acesse esses Estados, independente da forma; a demanda por um lugar seguro surge como uma “necessidade de fixar-se para poder alcançar uma sensação de bem-estar, aliviando o incômodo sentimento de incerteza e instabilidade que perdura e se reforça com a ausência do lugar” (MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010, p. 411).

São esses lugares que integram o espaço geográfico que Dardel (2011) delimitou em cinco vertentes, estas que se constituem de formas (in)dependentes: espaço material; espaço telúrico; espaço aquático; espaço aéreo e espaço construído.

A pessoa que migra vivencia todos estes espaços de forma integrada, uma vez que se movimenta pela matéria; está em contato com a experiência que o desconhecido propaga; se desloca pelas águas profundas dos mares e oceanos em um fluxo contínuo em busca de terra firme para ancorar; sente a névoa, os odores e as cores que são transmitidas pelo ar e, por fim chega ao seu destino, muitas das vezes, espaços construídos pelos seres humanos que vivenciam as experiências espaciais e criam afeições aos lugares disseminando múltiplas territorialidades, compondo a totalidade do espaço geográfico.

Inusitado é pensar que todos esses aspectos existenciais são transmitidos pelo espaço geográfico para os migrantes e vice-versa, são também estes os aspectos que relacionam as pessoas à aversão daqueles que de alguma forma “não pertencem” ali, o estrangeiro por “estar-entre” permanece em um lugar de não hospitalidade por aqueles que se fazem chauvinistas e que se fazem frente à alteridade, são estas relações que promovem “o reconhecimento daquilo que nos distingue e que, por isso, ao mesmo tempo, pode promover tanto o diálogo quanto o conflito com o Outro” (HAESBAERT, 1999, p. 175), portanto os imigrantes

[...] nos tornam conscientes e nos lembram daquilo que preferíamos esquecer ou, melhor ainda, fazer de conta que não existe: forças globais, distantes, ocasionalmente mencionadas, mas em geral despercebidas, intangíveis, obscuras, misteriosas e difíceis de imaginar, poderosas o suficiente para interferir também em nossas vidas, enquanto desconsideram e ignoram nossas preferências. (BAUMAN, 2017).

Para além da ideia de proteção nacional, as fronteiras funcionam como um método regulador de quem sai, mas mais importante, de quem entra no território de uma nação, um método democrático e paradoxal, uma vez que

de um lado delimita o território sobre o qual se exerce a soberania democrática, de outro separa os cidadãos, membros da comunidade, dos estrangeiros que tentam

entrar; de um lado protege o *demos* e o seu poder, de outro discrimina e exclui, violando todo princípio de igualdade (DI CESARE, 2020, p. 70-71).

Hall (2013, p. 38) ao analisar as questões referentes à dinâmica diaspórica em países caribenhos nos diz que “Os Estados-nação impõem fronteiras rígidas dentro das quais se espera que as culturas floresçam”, este florescimento cultural só pode ser dado a partir do momento em que se criam raízes e vínculos com o lugar. O migrante se encontra em um processo de desenraizamento que se dá

pela alteração da territorialidade consolidada, a modificação desta relação originária *self-lugar*, saindo do lugar-natal, o que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela nossa formação enquanto pessoa e sobre os quais está edificada nossa identidade. (MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010, p. 410).

Este enraizamento é dado pelo lugar e é por meio dele que a territorialização e desterritorialização surgem, se território é sinônimo da criação de laços ou ligações psicológicas com o solo (HAESBAERT, 2003, p. 14), uma das leituras sobre a desterritorialização é dada como “uma espécie de desmaterialização das relações sociais” (HAESBAERT, 2003, p. 16).

Desta forma, retomamos para a questão que cerne todo o trabalho: o que é o Ser migrante? Talvez seja aquele que busca meios para sobreviver em um mundo em colapso, que necessita de um espaço, de um lugar, de um lar, talvez não seja nada disso e na realidade o Ser migrante é apenas uma pessoa que exerce seu direito de se mover pela Terra, direito fundamental e inalienável de todos os seres humanos; pode ser que ele signifique a materialidade dos conflitos contemporâneos ou não, a questão é que o Ser migrante é um eu-individualizado, dentro de um mundo coletivizado, um mundo cosmopolizado e que as redes são tão fluídas que chegam a escorrer pelos dedos.

Pessoas que, ocasionalmente, se encontram na margem da sociedade estratificada, que são enclausuradas dentro de políticas em Estados-nações que se vendem enquanto espaços de liberdade, mas que a inibem para os que necessitam, os que são “diferentes” de uma sociedade homogeneizada, de uma sociedade prega a democracia e que levanta muros que impedem as passagens; uma sociedade que se diz receptiva, que alega englobar todas as nacionalidades e suas diferentes culturas, mas que as homogeneíza e que ao se deparar com o Outro tem o desejo de que ele retorne ao seu lugar de origem, contudo, e se esse lugar não mais existir? Esse lugar que os migrantes levam em seu cerne e que carregam no desejo de buscar outros lugares, de se permitir experimentar uma vida que não impossibilite sua existência.



XV
ENAN
PECE

ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA EM GEOGRAFIA

O Ser migrante é aquele em que as nações ojerizam e veem como problema e que ao verem assim buscam resoluções anômalas aos seus direitos, o Ser migrante são os mesmos que repousam seus corpos nas praias do Mediterrâneo, quando não afundam nas profundezas azuladas e que em um instante tem as imagens de seus corpos encalhados na areia transmitidas pela fluidez de um mundo que vive em conexão.

REFERÊNCIAS

ACNUR BRASIL. **ACNUR**: deslocamento global atinge novo recorde e reforma tendência de crescimento da última década. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2022/06/15/acnur-deslocamento-global-atinge-novo-recorde-e-reforca-tendencia-de-crescimento-da-ultima-decada/>. Acesso em: 20 set. 2023.

ACNUR BRASIL. **Dados sobre refúgio**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/#:~:text=Pelo%20menos%20108%2C4%20milh%C3%B5es,emprego%20e%20liberdade%20de%20movimento>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BAUMAN, Z. **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BECK, U. **A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DARDEL, E. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAL GALLO, P. M. **A experiência de ser migrante: entre identidades e transitoriedades**. 2010. Monografia (Bacharel em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1615617>. Acesso em: 20 set. 2023.

DI CESARE, D. **Estrangeiros residentes**. Belo Horizonte: Âyiné, 2020.

GOETTERT, J. D. Gentes, migração e transitoriedade migratória. **Espaço plural**, v. 10, n. 20, p. 53-62, 2009. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/2452>. Acesso em: 20 set. 2023.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim gaúcho de geografia**, v. 29, n. 1, p. 11-24, jan./jun. 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em: 20 set. 2023.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999, p. 169-190.

HALL, S. Pensando a diáspora: reflexões sobre a terra no exterior. In: HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 27-56, 2013.



HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: HEIDEGGER, M. **Ensaios e conferências**. 8 ed. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, p. 125-142, 2012.

HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Cidades**, v. 10, n. 17, p. 18-29, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2013v10n17.12015>. Acesso em: 20 set. 2023.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 157-179.

MARANDOLA JR., E. Lugar e lugaridade. **Mercator**, v. 19, p. 1-12, 2020.

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 27, n. 2, p. 407-424. jul./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010>. Acesso em: 20 set. 2023.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr. 1979.

RELPH, E. *Place and placelessness*. Londres: Pion Limited, 2008.

SATHLER, D., MONTE-MÓR, R. A cosmopolização no universo em expansão e contração: integração e exclusão nas redes urbanas do mundo em desenvolvimento. **Espinhaço**, v. 2, n. 1, p. 2-15, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3967947>. Acesso em: 20 set. 2023.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Londrina: Eduel, 2013.